

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JULIA FARIAS DA SILVA
RUAMMA GABRIELLY DE FRANÇA GUSMÃO PEREIRA
THAYS ALANNA DA SILVA GONZAGA

**EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: ANÁLISE DOS
PRINCIPAIS AVANÇOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS
(2002 A 2022)**

RECIFE/2022

JULIA FARIAS DA SILVA
RUAMMA GABRIELLY DE FRANÇA GUSMÃO PEREIRA
THAYS ALANNA DA SILVA GONZAGA

**EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: ANÁLISE DOS
PRINCIPAIS AVANÇOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS
(2002 A 2022)**

Projeto apresentado ao Centro Universitário Brasileiro –
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de
bacharelado em Ciências Contábeis

Professor Orientador: Ma. Sylvia Karla Gomes Barbosa

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

E93 Evolução da Contabilidade: análise dos principais avanços das últimas
 décadas (2002 a 2022) / Julia Farias da Silva [et al]. Recife: O Autor,
 2022.
 25 p.

Orientador(A): Prof. Ma. Sylvia Karla Gomes Barbosa.

Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – Unibra. Bacharelado em Ciências Contábeis , 2022.

Inclui Referências.

1. Contabilidade. 2. Evolução. 3. Usuários. 4. Ascensão Tecnológica. I.
Pereira, Ruamma Gabrielly de França Gusmão. II. Gonzaga, Thays
Alanna Da Silva. III. Centro Universitário Brasileiro - Unibra. IV. Título.

Cdu: 657

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por nos dar saúde e forças para chegar até o final deste projeto, mesmo com dificuldades sempre nos guiou ao caminho correto.

Deixamos um agradecimento especial à nossa orientadora Sylvania Karla Gomes Barbosa pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao nosso projeto de pesquisa.

Aos nossos pais e toda nossa família pela confiança em nós depositadas e apoio prestados durante nossas vidas acadêmicas.

A todos os nossos amigos da graduação que compartilharam conosco este grande difícil, sempre cheios de esperança.

Também queremos agradecer a UNIBRA e o seu corpo docente que demonstraram estar comprometidos com a excelência do ensino.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	6
2.METODOLOGIA	8
2.1. ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	8
3.REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1 Escolas do Pensamento Contábil e suas contribuições aos dias atuais	9
3.2. Avanços da Contabilidade: Uma Análise dos anos de 2002 a 2012	11
3.2.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.....	11
3.2.2. Publicação da Lei 11.638 ART 5A	13
3.2.3. Sistema de Escrituração Digital – SPED	14
3.2.4. Publicação da Lei 11.941/09.....	15
3.2.5. Exame de Suficiência Contábil – CFC N°1.301/2010	17
3.3. Avanços da Contabilidade: Uma Análise dos anos de 2013 a 2022	18
3.3.1. Implementações dos Softwares Contábeis	18
3.3.2. Reflexos da Pandemia na Contabilidade	19
3.3.3. Implantação do eSocial	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AVANÇOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS (2002 A 2022)

Júlia Farias da Silva
Ruamma Gabrielly de França Gusmão Pereira
Thays Alanna da Silva Gonzaga
Sylvia Karla Gomes Barbosa¹

Resumo: Este trabalho apresenta a evolução da ciência contábil desde os primeiros relatos com os antepassados até as formas atuais de escriturações e modernizações ocorridas no decorrer das décadas, com o surgimento das escolas contábeis foi possível vivenciar novas teorias e assim inserir no ambiente contábil técnicas e informações essenciais aos seus usuários para registrar e controlar o patrimônio. A pesquisa atual consiste em identificar como as diversas alterações trouxeram para os contadores uma nova adaptação através das transformações ocorridas entre as duas últimas décadas. Com a ascensão tecnológica, a prestação dos serviços melhorou e o uso de sistemas integrados auxiliou cada vez mais a facilidade e rapidez na entrega das necessidades das empresas. Desenvolvida através de pesquisas bibliográficas, com as informações coletadas por artigos científicos, livros contábeis, leis e normas da contabilidade e em pesquisas que pode-se observar a evolução contábil e adaptação dos usuários. Com o estudo foi possível verificar as mudanças tecnológicas e como ocasionaram uma melhoria na prestação de serviço com soluções práticas e inteligentes para atender as necessidades das empresas a fisco. Tanto o objetivo geral como a hipótese foram atingidos.

Palavras-chave: Contabilidade. Evolução. Usuários. Ascensão Tecnológica.

Abstract: The following monograph presents the evolution of the accounting science since the first reports with the ancestors until the current forms of bookkeeping and modernizations occurred over the decades, with the emergence of accounting schools it was possible to experience new theories and thus insert in the accounting environment techniques and essential information to its users to record and control the assets. The current research consists in identifying how the various changes have brought accountants a new adaptation through the transformations that have occurred between the last two decades. With the rise of technology, the delivery of services has improved and the use of integrated systems has increasingly aided the ease and speed in delivering the needs of businesses. Developed through bibliographical research, with information collected by scientific articles, accounting books, laws and accounting standards and in research that can be observed the accounting evolution and adaptation of users. With the study, it was possible to verify the technological changes and how they led to an improvement in the provision of services with practical and intelligent solutions to meet the needs of tax companies. Both the general objective and the hypothesis were achieved.

Keywords: Accounting. Evolution. Users. Technological Ascension.

¹Graduada em Ciências Econômicas; Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela UFRPE; Prof.^a do Núcleo de Negócios da UNIBRA; E-mail: Sylvia.karla@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é tão arcaica quanto o próprio desenvolvimento da civilização, ela foi criada pela privação da humanidade devido a sua falta de conhecimento, à medida em que o indivíduo se desenvolvia e começava a ter quantidade de valores grandes, surgia o interesse de saber como seria capaz de render e condicionar de forma simples o aumento de suas riquezas (ECKERT, 2013).

Com o pensamento do futuro se conduziu os indivíduos aos primeiros registros contábeis no intuito de dominar as suas reais oportunidades de uso, consumo e fabricação. A aparição das administrações particulares exigia um controle, o qual não conseguiria ser feito sem respectivos lançamentos, para prestar conta do objeto administrado (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018).

É interessante salientar que neste período não havia crédito, as práticas de comercialização eram pagas no ato da compra em espécie. Utilizavam-se ramos de árvores para registros como prova do pagamento das dívidas, com o grande progresso do papiro e do cálamo no Egito possibilitou excepcionalmente a transcrição de informações sobre os negócios (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018).

No princípio a contabilidade possuía uma característica administrativa, baseando seu foco no controle dos estoques, entre outras atividades que serviam em prol da avaliação do proprietário. Passando-se algumas épocas, especialmente entre o século XV e XVI, com a origem da expansão marítima europeia, os clientes começaram a aplicar seus recursos. Nos avanços das comercializações a contabilidade necessitou se adaptar, desse modo foram surgindo novas mudanças com os estudiosos interessados em melhorar a perspectiva da sociedade, ressaltamos o Frei Luca Bartolomeo de Pacioli pioneiro no método partidas dobradas e na criação das escolas de pensamento contábil (ALBERTO ZAPPA, 2013).

O ano 2000 foi de extrema importância na contabilidade nacional. Um dos acontecimentos marcantes nesse período ocorreu em 2005 quando o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, publicou a Resolução nº 1.103, criando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sendo seu objetivo centralizar a emissão de normas contábeis no Brasil (CPC, 2005).

Nesta ocasião sucedeu a publicação da Lei 11.638, em 28 de dezembro de 2007 modificando, além de alterar artigos da lei nr. 6.404/1976 para atualizá-la ao novo mundo de negócios global, pode ser ressaltado o de providenciar maior

transparência às atividades empresariais brasileiras. Na mesma época modificou-se o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais, com a finalidade de adequar as diretrizes das *International Financial Reporting Standards* – IFRS no Brasil (BRASIL, 2007).

Se destacou juntamente ao fato supracitado a ferramenta intitulada Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) associado do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) instituído pelo Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Pode-se afirmar como um dos maiores avanços tecnológicos de sistemas já praticados, a principal ferramenta do governo ao combate da sonegação auxilia na identificação de ilícitos tributários, mediante ao acesso completo e detalhado das operações fiscais dos contribuintes (DUARTE, 2011).

Em 2010 na atuação do Conselho Federal de Contabilidade, criou-se a Lei 12.249 /2010 para contribuir ao CFC ser um órgão com poderes para normatização, abrangendo assim todas as empresas brasileiras que não possuíssem de forma direta ou indireta os órgãos reguladores. Além disso, esta nova lei, dentre outras orientações, implementou a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil, transformando absolutamente o perfil de atuação dos profissionais, preparando-os para os desafios que se aproximavam (NATAN *et.al.*, 2013).

Na atualidade, os meios utilizados na Contabilidade com o intuito do alcance de seus objetivos puderam ser desenvolvidos devido às melhorias tecnológicas e a ascensão das mídias ao destaque das redes sociais tornando possível uma comunicação virtual dos contadores com seus clientes. Os aperfeiçoamentos da ciência contábil facilitaram a utilização da telecomunicação trazendo vantagem enormes aos seus profissionais. Maior parte das empresas, se não todas, dispõem da informática como ferramenta do dia a dia, a fim de realizarem suas demandas com maior agilidade e controle dos registros contábeis por isso se faz necessário o uso de sistemas e ERP ao máximo (ALMEIDA FILHO, 2000).

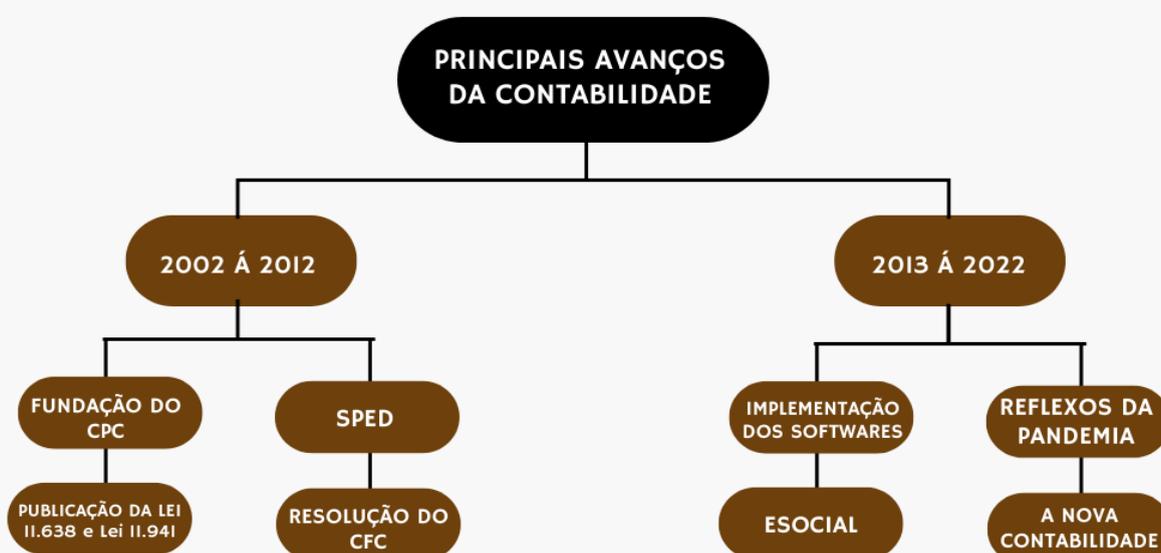
Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é descrever os avanços da contabilidade desde a antiguidade até os dias atuais e como se adaptou em meio aos tempos adversos conforme o surgimento de novas demandas da sociedade, focando nas últimas duas décadas, se estendendo de 2002 a 2022.

2 METODOLOGIA

2.1 ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

A metodologia deste trabalho foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, onde foi usado informações já produzidas como: livros, artigos científicos, revistas e leis, na busca por conhecimentos. Com as informações coletadas pode-se observar a evolução contábil no período determinado.

Figura 1: Cronologia e tópicos a serem abordados nas décadas selecionadas.



Fonte: Elaboração Própria, 2022.

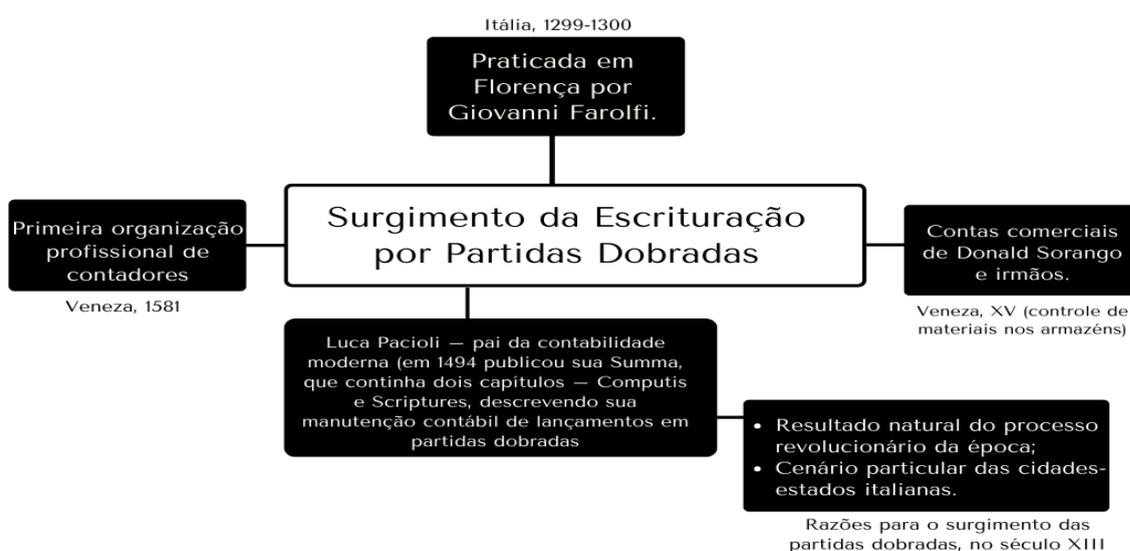
Com o fluxograma criado acima, é possível observar no decorrer dessa pesquisa como cada período foi caracterizado na perspectiva da evolução contábil. A pesquisa no primeiro momento realizou uma reflexão sobre a importância de analisar os acontecimentos passados e seus desenvolvimentos na contabilidade, pois é observando os fatos passados que se pode obter bons rendimentos futuros. No segundo momento foi analisado fatos marcantes nos anos de 2002 a 2012 que influenciaram no crescimento contábil, contribuindo com o avanço tecnológico e trazendo melhorias para o profissional. No terceiro conclui-se que nos anos de 2013 a 2022 a contabilidade passou por mudanças severas e acontecimentos marcantes que trouxeram ferramentas que contribuiriam ainda mais para seu desenvolvimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ESCOLAS DO PENSAMENTO CONTÁBIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DIAS ATUAIS

Na antiguidade, a prática de contabilização já era efetuada. Os primórdios, embora de forma irregular, requisitavam a precisão de administrar seus bens (SÁ, 2008, p. 21). Ludícibus e Marion (1999, p. 32) estabelecem que com a criação do mundo e o homem desenvolvendo seus conhecimentos, surgia a necessidade de cuidar do seu patrimônio. O método das partidas dobradas, na Itália foi constituído como um dos marcos na contabilidade e auxiliou para o controle do patrimônio e suas variações, ele foi descrito pela primeira vez em 1494 no livro “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità” por Luca Pacioli, logo abaixo no quadro 1 é possível observar um resumo decorrente do assunto:

Quadro 1: Surgimento da Escrituração por partidas dobradas



Fonte: Extraído e adaptado de Ludícibus, 1997.

Na Europa sucedeu o surgimento das escolas de pensamento contábil a partir do método das partidas dobradas, que já era praticado em meados do século XIV, mas que só foi difundido em 1494.

Com as escolas italianas foram se desenvolvendo várias correntes e escolas de pensamentos contábeis, podemos destacar:

Quadro 2: Principais escolas e doutrinas do Pensamento Contábil

Fonte: Elaboração própria, 2022

O Contismo fundamenta-se como uma escola pioneira fundada pelo francês Edmundo Degrange em 1795 com a teoria das cinco contas sendo elas: mercadorias gerais, caixa, contas a receber, contas a pagar e lucros e perdas. Em 1803 houve a primeira tentativa do contismo com a publicação do livro *La scrittura doppia riddota a scienza* de Nicolo D' Anastasio, mesmo com todos os estudos foi se perdendo a influência através de contestações dos estudiosos por não haver embasamento em seus estudos científicos (ALBERTO ZAPPA, 2013).

Quanto ao Personalismo surgiu em 1867 por Francesco Marchi originou-se os direitos e obrigações, ignorando a corrente contista foi criada a teoria das contas composta por quatro grupos: contas do proprietário, gerentes ou administradores, consignatários e correspondentes. A corrente dos personalistas foi questionada pelo fato de que não adianta possuir direito, sendo necessário realizá-lo para que se satisfaça a necessidade (ALBERTO ZAPPA, 2013).

Por outro lado, o Controlismo foi fundado pelo pensador Fábio Besta, em 1880. O controlismo, se preocupava em saber o conteúdo da conta, assim como sua verdadeira expressão aos estudos contábeis, à medida que ia desenvolvendo seus conceitos ele estabelecia suas próprias filosofias sobre a escola controlista, através das suas pesquisas ele apresentou a ciência contábil como controle econômico dividindo em três funções: controle antecedente, concomitante e subsequente; Com

o controlismo surge o conceito de patrimônio onde é possível encontrar nos registros contábeis da atualidade (ALBERTO ZAPPA, 2013).

Já o Reditualismo foi uma escola com vários pensadores, mas seu maior ícone foi Eugen Schmalenbach. Os reditualistas afirmavam o resultado (lucros e prejuízos) como maior objeto de estudo da contabilidade, para eles a continuidade da empresa depende da perda ou do lucro (ECKERT, 2013).

Por fim, o Patrimonialismo surgiu na segunda década do século XX pelo pensador Vincenzo Masi. Esta escola tinha como teoria os fenômenos do patrimônio sendo o principal objeto de estudo contábil. Para os patrimonialistas, deve-se dar importância aos aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio, pois a suas junções extrai informações importantes sobre o estado patrimonial. (ECKERT, 2013).

Na história da contabilidade outro período de grande importância foi a revolução industrial. Devido ao surgimento de bancos e com a ampliação das indústrias e do comércio, houve a necessidade de dar ênfase aos custos na contabilidade. Com a globalização e as grandes mudanças ocorridas no mundo houve alterações já que a figura do investidor se tornou mais presente, as informações das entidades que antes eram emitidas apenas para sócios e gestores passou a ser demandadas por outros usuários como acionistas, credores e governo assim permitindo elaboração das demonstrações (ECKERT, 2013).

3.2 AVANÇOS DA CONTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2002 A 2012

Irá ser discutido alguns fatos que marcaram os anos de 2002 a 2012, como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, uma associação que trouxe informações e pronunciamentos importantes para a contabilidade; a publicação da Lei nº11.638 que contribui com a união da contabilidade brasileira com as normas internacionais de contabilidade; o Sistema de Escrituração Digital que trouxe inovação ao setor de escrituração; o Conselho Regional de Contabilidade que qualifica os profissionais para os desafios contábeis.

3.2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

No Brasil, a contabilidade era regulada por diversas entidades. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) era o responsável por editar as normas brasileiras de contabilidade geralmente aceitas. Diante desse cenário, em 2005 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis Desenvolvido pela resolução CFC nº

1.055/05, o CPC tem como propósito centralizar a emissão dos pronunciamentos técnicos sobre procedimentos contábeis e divulgar informações dessa natureza. A partir de então, o CPC ganhou protagonismo como o principal órgão regulador da ciência no Brasil, emitindo uma série de pronunciamentos, orientações e interpretações, consolidando e uniformizando as normas brasileiras contábeis e alinhando nosso sistema com as tendências e normas adotadas internacionalmente (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2021).

Desse modo, houve alterações nas seguintes áreas: demonstrações financeiras; escrituração; Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); e por meio da Lei 11.638/2007, o governo brasileiro criou o Regime Tributário de Transição (RTT). Do mesmo modo, após uma junção com as normas internacionais, eventualmente teve seu papel alterado, assim:

O CPC teve como principal foco auxiliar na implantação da convergência internacional no Brasil, ajudando a entender as principais normas contábeis e a implantar processos democráticos na emissão das informações. Pode-se compreender que a sua estrutura foi desenvolvida para melhorar as discussões na execução de construir às normas, possibilitando um maior debate entre seus membros e reformulando a participação dos seus usuários dentro da sociedade.

Foi estruturado a partir de uma comunhão de esforços e os objetivos de várias entidades, entre elas estão: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. No final de 2005, formando por essas seis entidades, a necessidade da criação de tal comitê se deu pela carência de: Convergências Internacionais das normas contábeis; Centralização da emissão dos pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de mesma natureza; Representação na divulgação das informações dessa natureza. A origem do CPC teve como objetivo, segundo disposto no artigo 3º da Resolução que o criou: O objetivo principal do CPC é centralizar e padronizar, considerando principalmente a convergência da Contabilidade Brasileira, através dos estudos e a busca por informações permitem a emissão de pronunciamentos técnicos sobre os processos contábeis e assim divulgar de acordo com as normas e as convergências internacionais.

Os motivos para sua criação eram os mesmos utilizados no mundo todo: redução dos custos de elaboração de diversos balanços. A transnacional (grandes empresas que possuem filiais em diversos países) com investimento em vários países, precisa decodificar balanços de diferentes critérios, passando-os aos brasileiros, para fins de equivalência patrimonial e consolidação. Os custos para tais elaborações estava subindo cada vez mais exorbitante, desta maneira a empresa fica prejudicada (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

O segundo motivo para criação do comitê foi a falta de harmonização, era preciso centralizar os pronunciamentos técnicos, havia várias normas sobre o mesmo assunto, porém não possuíam uma uniformidade única. A constituição Brasileira impede que organismos públicos deleguem atribuições que lhes foram dadas por lei para terceiros, logo, o CPC teria que emitir os pronunciamentos (Normas) sendo aprovado por todos os órgãos reguladores BACEN, IBRACON, CVM e outros era permitido a emissão das normas (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2013).

E o terceiro é a necessidade da proteção das informações contábeis, algo muito importante para ficar nas mãos de qualquer grupo. É essencial que tais informações sejam auditadas e analisadas por um só órgão. Percebe-se então que o Comitê de Pronunciamento Contábeis é uma coluna fundamental para o desenvolvimento da contabilidade. No CPC são discutidos e analisados procedimentos pertinentes ao futuro da contabilidade no decorrer dos anos (ALMEIDA; OLIVEIRA 2013).

3.2.2. Publicação da Lei 11.638 ART 5.A

A contabilidade brasileira inicia o processo de unificação, unindo o Brasil com as normas internacionais de contabilidade. Trazendo transparência para com investidor e priorizando a essência sobre a forma. Essa transformação ocasionou complicações no mercado. (VALENTI FREGONI, 2008, BIANCONI, 2009).

Profissionais contábeis viram sua discreta atividade figurar subitamente como revolucionária na imprensa (NIERO, 2008). A publicação em Diário Oficial de 2007, fez Nelson Carvalho comentar: Tivemos três dias para fazer o que a Europa fez em cinco anos (NIERO e outros, 2009). Em 2008 a neutralidade fiscal das novas normas, com a Medida Provisória nº 449. As normas finais da adoção inicial da lei (CPC 13, Deliberação CVM 565) para o exercício de 2008 foram publicadas apenas

em 17/12/2008. Nesse ambiente, os primeiros balanços ensejaram notícias de ajustes milionários, com aumento ou diminuição dos lucros contábeis apurados segundo a nova norma (BIANCONI, 2009).

A ânsia pelos impactos do International Financial Reporting Standards - IFRS, acarretará benefícios de liquidez para as organizações, menor custo de capital e maior valorização e atratividade no mercado, como notam Schroeder e outros (2001, p. 175). Logo, nesta transição é essencial que os agentes de mercado identifiquem os graus de transparência, as diferenças normativas, obtendo os resultados da nova norma. Para finalizar e nada menos importante, a inovação promovida pela Lei já citada, também regulamenta a obrigatoriedade da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a formulação das normas em concordância com os padrões internacionais de contabilidade adotado nos mercados de valores mobiliários. Em dezembro de 2007, com a publicação da lei 11.638, o Brasil iniciou o processo de convergência e unificação da contabilidade brasileira para as normas internacionais de contabilidade. Essa lei foi importante pois integrou o Brasil oficialmente ao International Financial Reporting Standards - IFRS (BRASIL, 2007).

3.2.3. Sistema de Escrituração Digital – SPED

O SPED foi criado no ano de 2007, para transformar as escriturações em arquivos digitais. Silva e Silva (2016) comenta que o processo de escrituração manual não permitia a agilidade que existe atualmente. A escrituração contábil passava por dificuldades, por ser possuir uma demanda alta de documentações era um trabalho muito detalhado e manual que exigia um tempo de qualidade. De forma lenta a tecnologia ganhou espaço com calculadoras mais rápidas, máquinas datilográficas entre outros mecanismos que facilitou o trabalho do profissional.

Um sistema que se baseia na resolução conjunta dos fiscos federal, estadual e municipal e beneficia a fiscalização (SAITO; ABEL, 2015). Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o SPED é um instrumento digital que valida as escriturações fiscais e contábeis das empresas e utiliza um formato padrão digital respeitando as restrições legais”.

Isto significa, refere-se a um programa que auxilia as entidades a enviarem informações fiscais, contábeis e previdenciárias à Receita Federal. As informações em sim são assinadas através de certificados digitais apresentadas digitalmente, o

SPED foi uma forma encontrada pelo fisco para agrupar as obrigações e diminuir o uso de papéis encaminhando com mais agilidade os processos (DUARTE, 2009).

Os programas do SPED são: Conhecimento de transporte eletrônico (CT-e), Controle fiscal de transição (FCONT), Cupom fiscal eletrônico (CF-e), Escrituração contábil digital (ECD), Escrituração fiscal digital (EFD), Escrituração fiscal digital social (eSocial), Nota fiscal eletrônica (NF-e), e-Financeira, Escrituração fiscal digital das retenções e informações da contribuição previdenciária substituída (EFD-Reinf), Escrituração contábil fiscal (ECF), Certificação digital (FERNANDES; KIRINUS, 2014).

3.2.4. PUBLICAÇÃO DA LEI 11.941/09

A medida provisória 449/08 após ter sido analisada pelo congresso nacional e ter cumprido o prazo legal, foi convertida na lei 11941/09 (OLIVEIRA, 2009) que modificaram a Lei das Sociedades por Ações, trazendo uma harmonização dos padrões contábeis, revelando a importância da contabilidade para os negócios. As informações contábeis passam a ser enviadas ao exterior, com isso, houve mudanças geradas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, sendo consequências desta união do Brasil com o mercado internacional. Empresas da Europa que possuem filial no Brasil, têm a necessidade de receber informações das mesmas com o padrão internacional.

Observando a Lei 11941/09 pode-se identificar que ela modifica outras legislações, principalmente as demonstrações contábeis, o profissional contábil entre outros. Sendo assim, as mudanças que estão sendo demonstradas serão atribuídas diretamente à lei 11941/09.

No balanço patrimonial, após as alterações da lei 11941/09, os grupos e subgrupos do ativo e do passivo passaram por algumas mudanças. No grupo Ativo, a ordem das contas continuou sendo a mesma sendo por grau de liquidez, ordem decrescente, porém, os grupos passam a ser os seguintes: ativo circulante e ativo não circulante que é composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. O novo grupo ativo não-circulante com os antigos grupos realizável a longo prazo e ativo permanente, sendo que destes o primeiro passou a ser um subgrupo do ativo não-circulante e o segundo foi extinto e seus subgrupos passaram a fazer parte também do ativo não-circulante, exceto o ativo diferido, que também foi eliminado.

Quanto ao passivo, com base nas modificações pela lei 11941/09, a classificação das contas passou a ser feita nos seguintes grupos: passivo circulante, passivo não-circulante e patrimônio líquido que é dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros ações em tesouraria e prejuízos acumulados. O grupo passivo exigível a longo prazo foi extinto e seus valores passaram a ser o do passivo não-circulante. Em uma Organização, as obrigações que vencem até o final do exercício seguinte devem ser classificadas no passivo circulante, se o prazo for maior, a classificação deve ser feita no passivo não-circulante. É importante ressaltar que nas companhias em que o ciclo operacional ultrapassa o tempo de um exercício social, a classificação no circulante 47 ou não-circulante, independente de se tratar do ativo ou do passivo, deve ser feita considerando o prazo deste ciclo, conforme já ocorria antes da alteração na legislação (FERREIRA, 2008).

O procedimento de separar as contas do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, no Ativo e no Passivo, já era obrigatório para as empresas de capital aberto por força da deliberação 488/05 da CVM, que mesmo antes das alterações introduzidas pelas leis 11638/07 e 11.941/09, antecipava-se ao processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2009).

No que diz respeito aos ajustes de avaliação patrimonial, aumentaram os poderes da CVM (comissão de valores mobiliários), pois a nova legislação permite que este órgão defina outras situações, além das que já estão previstas, para aplicação desse critério de avaliação. No momento da avaliação, tais ajustes devem ser lançados no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. Conforme for ocorrendo a baixa dos itens do ativo e do passivo que foram avaliados, o saldo da conta ajustes de avaliação patrimonial será transferido, na mesma proporção, para o resultado (FERREIRA, 2008).

Com a lei 11941/09 também foram inseridas mudanças no que diz respeito à elaboração de notas explicativas. Conforme analisou Ferreira (2008), elas devem conter informações sobre o conteúdo que foi base para a preparação das demonstrações financeiras, publicar as informações que não aparecem nas demonstrações financeiras, mas que são exigências das práticas contábeis adotadas no Brasil e disponibilizar as informações adicionais que, apesar de não

estarem previstas dentre aquelas que devem compor as demonstrações financeiras, são relevantes para que a apresentação seja feita de uma forma adequada.

Também foram alterados pela lei 11941/09 os critérios de avaliação do ativo, onde agora as aplicações em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, e em direitos e títulos de créditos, que são classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, devem ser avaliadas pelo valor que realmente pode ser atribuído a elas, ou seja, o valor justo, quando se tratar de aplicações cujo destino seja a negociação ou que estiverem disponíveis para a venda e, pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado de acordo com o que está previsto na legislação ou em contrato, quando se tratar das demais aplicações e dos direitos e títulos de crédito.

3.2.5. Exame de Suficiência Contábil - CFC N°1.301/2010

O Conselho Regional de Contabilidade por intermédio da Resolução CFC nº 1.301/2010, determina o Exame de Suficiência Contábil criado pela Lei 12.249/2010, onde essa norma estabelece que para exercer a profissão contábil, após conclusão do curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação há a obrigatoriedade de aprovação no Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade, exame este que serve para comprovar o aprendizado necessário para que o estudante possa atuar na área com o mínimo conhecimento. O exame tem o objetivo de preparar o estudante para os desafios contábeis, como por exemplo, a inovação e o aperfeiçoamento nas mudanças digitais (CFC, 2010).

O Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade. É aplicado duas vezes por ano em todo o país, sendo necessário ter concluído o curso de Ciências Contábeis ou estar no último período. Sendo aprovado com pelo menos 50% dos pontos, o candidato ganha uma Certidão de Aprovação. Contribuindo para a melhoria do ensino nas instituições e agregando bons profissionais ao ambiente de trabalho. Por anos, o Exame de Suficiência é abordado em eventos de contabilidade com a necessidade de ser protegido pela qualidade dos serviços que possui aos usuários, ao conhecimento que contribui para uma carreira contábil (FONTELES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2011).

A responsabilidade que o CRC tem é de trazer uma melhoria de ensino aos seus alunos, fazendo deles profissionais com uma visão mais ampla do mundo, aptos para tomar decisões inteligentes e rápidas. No Brasil, “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (Art. 5º § XIII) logo, cada profissão é fiscalizada por um conselho, não sendo permitido pessoas inabilitadas no exercício profissional. É possível entender que não se trata de um simples exame, mas de uma conquista de grande importância para o trabalho contábil (CFC, 2013).

Para Zotte Júnior (2012) com o passar dos anos percebe-se que o contador não é mais um simples registrador de operações comerciais, sua atuação é primordial e indispensável para a organização. Sendo um profissional que passa por constantes mudanças deve estar atento às novidades que surgem.

3.3 AVANÇOS DA CONTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2013-2022

Irá ser abordado fatos que marcaram os anos de 2013 a 2022, como a Implementação dos Softwares Contábeis que teve uma importante contribuição nos sistemas contábeis; os Reflexos que a Pandemia trouxe para a contabilidade, afetando a economia global e trazendo situações severas para as empresas; surgimento do pix na contabilidade, resultando na eficácia e agilidade nos pagamentos de boletos e transações instantâneas.

3.3.1. Implementação dos *Softwares* Contábeis

Segundo Nonato (2014), os sistemas evoluídos como o SPED; ERP; modificaram a contabilidade na escrituração para uma era digital, implementando técnicas e uma forma mais eficaz para a tomada de decisão trazendo informações mais rápida e com clareza, tornando a era digital um dos fatos marcantes para a evolução da contabilidade.

Dentre alguns sistemas contábil, encontra-se: Sistemas de processamento de transações (SPT). Esses sistemas ficam responsáveis pelo controle das informações financeiras, como: folha de pagamento; controle de estoque; contas a pagar; faturamentos entre outros. Além desse leque de informações, ainda disponibilizam informações para tomadas de decisões, como exemplo: um sistema de controle de estoque, onde fornece informações de como está o nível de um produto armazenado e através desses dados e a comprovação de falta de produto, presume a tomada de

decisão na aquisição de novos produtos. O SPT possui cinco tipos que são: Vendas e Marketing; Produção; Finanças; Contabilidade e Recursos humanos.

Sistemas de Informação gerencial (SIG) o SIG é responsável pela função de planejar e controlar a produção, fornecendo informações mais resumidas do desempenho geral da empresa. Tem como exemplo: desenvolvimento do faturamento da empresa; recebimentos e pagamentos de contas a pagar; verificar o percentual do estoque desenvolvido no dia e a contabilidade fiscal com o cálculo de impostos a recolher por mês. Um dos softwares mais utilizados é o Domínio, que é um sistema contábil no qual os funcionários podem acessar o banco de dados de qualquer lugar com acesso à internet, permitindo que os contadores baixem um plugin e acesse todo o conteúdo de dentro do contábil. Por outro lado, o Único Contábil é um sistema onde é possível visualizar a situação financeira da entidade e realizar a análise dos dados gerenciais, ajudando os gestores na tomada de decisão. Já o Único Fiscal é um método que facilita as entregas das obrigações fiscais, emissão de guias e apuração de impostos dando um suporte mais ágil e reduzindo o tempo utilizado para tarefas. O Totvs é um software que ajuda a organizar e administrar todas as atividades e processos diários de uma empresa. No geral, é através desse sistema que mecaniza os processos, onde eram feitos de forma manual e faz a inclusão entre todos os setores, o que melhora na comunicação interna. Além disso, é possível criar um banco de dados por meio de uma coleta de informações de todos os departamentos, possibilitando assim um controle total da empresa.

Dessa forma, houve análises no qual é visto a importância dos sistemas hoje em dia para o trabalho do contador, além da agilidade em comparação a como era feito antigamente, onde era tudo manual, dificultando na hora de realizar o processo contábil (balancete/balanço) exigindo mais atenção com as anotações diz Chela, Serpe e Simão (2014). Todavia, com os avanços tecnológicos é preciso que o profissional permaneça buscando informações e se mantenha atualizado.

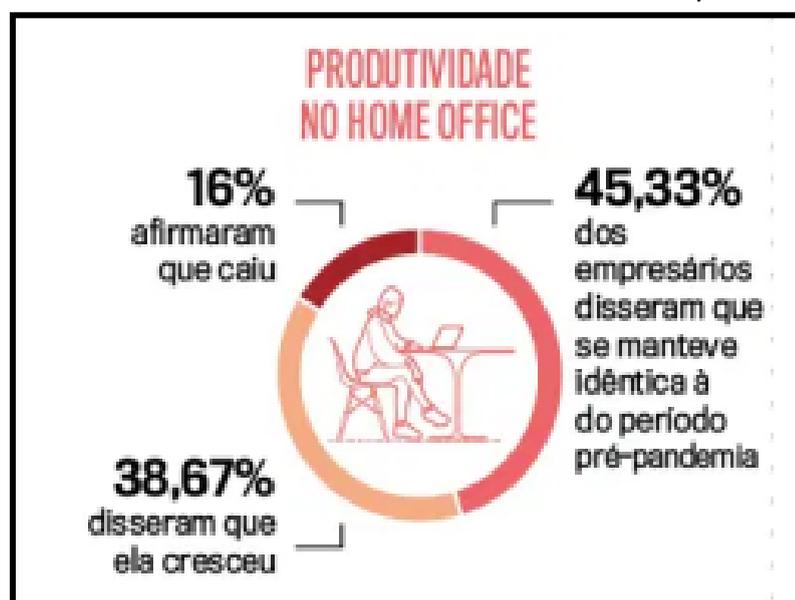
3.3.2. Reflexos da Pandemia na Contabilidade

A chegada da pandemia causada pelo coronavírus no ano de 2020, abalou vários setores no mundo, com isso não só trazendo uma crise sanitária, mas afetando a economia global, trazendo uma crise econômica.

Com o fechamento e a paralisação das atividades econômicas, muitas empresas ficaram no prejuízo, pois reduziu o consumo de itens supérfluos e aumentou em produtos essenciais, como por exemplo: alimentos; medicamentos; produtos de higiene pessoal; máscaras etc. Mediante a essa situação e a redução das atividades econômicas referente ao parágrafo anterior, acarretou um radical encolhimento nas receitas do governo, uma vez que o recolhimento dos impostos (ICMS e ISS) foi diretamente afetado pela crise. Diante do comércio atual econômico, as entidades precisarão de um auxílio para que consigam permanecer no mercado, resistindo o encerramento de suas atividades e salvaguardando o emprego de seus funcionários (KAROLINE, Rodrigues 2021).

A pandemia do covid-19 provocou em todo o mundo a legitimação do isolamento social, afetando a economia no ritmo acelerado. Os setores da indústria, comércio e serviços apresentaram em março queda de 9,1%, 2,5% e 6,9% respectivamente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BOSQUEROLLI, Arthur Martins *et al* 2020).

Quadro 3: Produtividade no *home office* dos empresários.



Fonte: SIMP.TCC/Sem.IC. 2020(20);448-463

De acordo com o decreto dado pelo governo de cada estado, segundo as instruções da Organização Mundial da Saúde - OMS, algumas empresas optaram em trabalhar home office, garantindo assim a saúde de seus funcionários, mantendo

o isolamento conforme previsto em lei, sem prejudicar as atividades e o lucro das empresas (SEBRAE, 2020).

O *Home Office*, trabalho transferido para o ambiente doméstico se diferencia de outras modalidades, pois o funcionário não precisa estar fisicamente na empresa, porém é preciso que este novo ambiente de trabalho seja um lugar à parte dedicado só para trabalhar e que seja silencioso e seguro. Este espaço comporta um computador ou notebook doado pela empresa para o funcionário exercer suas funções, com uma cadeira adequada e confortável (GATTI, 2018).

Através dos desenvolvimentos tecnológicos, cada vez mais a área contábil está sendo desenvolvida assim reforçando para as empresas a necessidade de estar em constante atualização para se adequar às novas tendências. Com as novidades podemos destacar o PIX, um recurso criado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 16 de novembro de 2020 com essa ferramenta se torna possível enviar dinheiro entre pessoas físicas e jurídicas. Certamente, o Pix chegou para mudar os meios de pagamentos atuais, como boletos, cartões de crédito e débito, TEDS E DOCS, a grande diferença desse sistema de pagamento é a agilidade e facilidade nas transações sendo instantâneo e gratuito (Resolução BACEN Nº 4878, 2020).

Além disso, esse mecanismo conduziu uma agilidade nos processos, assim essa ferramenta trouxe às empresas, excepcionalmente uma diminuição nas taxas e tributos pagos pelos meios de pagamentos. Houve também uma mudança nessa nova realidade graças ao maior fluxo de receita, devido a diminuição da demora nos pagamentos de produtos e serviços oferecidos pelas entidades. Assim as empresas necessitam se adaptar às alterações provocadas por esse recurso, e se faz necessário uma alteração aos costumes nos escritórios contábeis, com um sistema adequado pode-se melhorar a administração e a forma de responsabilizar-se do dinheiro (Resolução BACEN/DC Nº 103, 2020).

Possui vantagens para o setor contábil: como o desenvolvimento tecnológico não deixando a empresa numa situação obsoleta, mas inovadora; Transações imediatas sem nenhum transtorno bancário, pagamentos mais eficientes; Redução em taxas bancárias; Segurança nas transações para o pagador e o beneficiário, com certificados digitais. Conseqüentemente com o Pix se tem uma facilidade e seguridade, fazendo as notas em espécie se tornarem de modo prático uma exceção (Resolução BACEN nº 19, 2020).

3.3.3. Implantação do eSocial

O eSocial entrou em vigor, oficialmente por meio do Decreto nº 8373/2014. Tem como objetivo principal agrupar as informações das entidades sobre os empregados, como vínculos empregatícios, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais, informações sobre o FGTS, entre outros. Considerado como o programa mais complexo do SPED, foi planejado em forma conjunta por diversos órgãos e instituições, como o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social. (REICHERT, 2015, p.06)

O RH das empresas abrange uma esfera muito grande de documentos que consiste em prazos elevados para permanecer arquivados, com isso dificulta a veracidade e segurança dos dados contidos. Segundo o governo federal, é possível afirmar que o e-social transfere ao meio digital as informações antes registradas em livros de papel. Assim passando a ser armazenados em um único banco de dados, público, seguro e sem custos para as empresas. (REICHERT, 2015, p.06)

Seguindo o cronograma disponibilizado e atualizado pela Portaria nº 716, de 4 de julho de 2019 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, para as empresas com faturamento anual superior a R\$78 milhões, a implantação do E-Social teve início em janeiro de 2018, sendo o 1º grupo do projeto.

As demais empresas privadas foram subdivididas novamente em dois grupos: um para as entidades empresariais não optantes pelo Simples Nacional com faturamento no ano de 2016 de até R\$78 milhões, iniciando a implantação em julho de 2018, denominadas como 2º grupo. O 3º grupo está composto pelas entidades optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto empregadores domésticos) e entidades sem fins lucrativos, incluindo o microempreendedor individual, estes deram início a efetivação do projeto em janeiro de 2019. 11 Empresas constituídas após essa data com opção pelo Simples Nacional também entram no 3º grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi a verificação dos impactos ocasionados na ciência contábil durante o período de 2002 a 2022, e determinar como a ciência e seus usuários foram se adaptando às mudanças globais, assim com base em pesquisas em livros e artigos pode-se ver que a contabilidade sempre estará em constante evolução devido a sua interligação com os acontecimentos mundiais.

Com o estudo foi possível verificar as mudanças tecnológicas e como ocasionaram uma melhoria na prestação do serviço com soluções práticas e inteligentes para atender às necessidades das empresas e fisco. Tanto o objetivo geral como a hipótese foram atingidos. Sobre a sua evolução podemos verificar como o homem pode evoluir seu controle do patrimônio com a inscrição em paredes e pedras, para *softwares* contábeis especializados, excluindo o uso de folhas e aderindo à tecnologia moderna.

As escolas e correntes dos pensamentos contábeis foram de grande importância para as técnicas utilizadas atualmente e com esses pensamentos foi possível ser criadas técnicas e comitês adequados a nossa contabilidade dando liberdade para os usuários conhecerem melhor a área e entender os processos. Com todas as informações apresentadas verificasse como os contadores precisam estar se atualizando, pois, a contabilidade vai seguindo as mudanças do mundo. Pode-se dizer que o maior avanço foi a capacidade dos profissionais contábeis em se adaptar em todos os acontecimentos e inovações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. S. Oliveira, S. **Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil.** (2013).
- ALMEIDA FILHO, Celso. **A importância da Informática na Contabilidade.** 2006.
- BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade. SPED.** 2015.
- BRASIL. **Lei 11.638,** de 28 de dezembro de 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014.**
- BOSQUEROLLI, A. M. et al. **Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica.**
- Contabilidade: para o nível de graduação.** 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.055/05 de 24 de outubro de 2005.**
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 2021.**
- DUARTE, Roberto Dias. **Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED.** Belo Horizonte, 2011.
- DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na Era do Conhecimento.** São Paulo: Ideas@work, 2009.
- ECKERT, Alex. **Teoria da contabilidade para o exame de suficiência do CFC, 2.** Ed. São Paulo: Edipro, 2013.
- FERREIRA, Ricardo J. **Comentários às Mudanças Contábeis na Lei nº 6.404/76-MP nº 449/08.**
- FERNANDES, A. R. V. KIRINUS, J. B. **Principais Dificuldades para a Aplicação do Sped Contábil e Fiscal.** Trabalho de Pesquisa – URCAMP. Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha. São Borja – RS. 2014.
- FONTELES, Islane Vidal; OLIVEIRA, Marcelle Colares; ALMEIDA, Silvio Romero de. **Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a**

adequação de conteúdos com as novas práticas contábeis. In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 2011.

GATTI, Daniele Pala *et al.* **Home Office: vantagens, eficiência e desafios para empresas e funcionários**, 2018.

HOOG, Wilson A. Z. **Contabilidade: teoria básica e fundamentos.** 2 Ed. Curitiba, 2013.

HOOG, Wilson A. Z. **Demonstrações Contábeis e Financeiras.** 3 Ed. 2013

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação.** São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI.** 5. ed. São Paulo: Atlas , 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** 3 Ed. 2013.

OLIVEIRA, Sergio Bispo de. RTT e FCONT: **Impactos da lei 11.638/07 e 11.941/09.**

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon C.; J. LEITE, Joubert da Silva. **Manual de Contabilidade Internacional.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Resolução Banco Central do Brasil nº 103, 2020.

Resolução Banco Central do Brasil nº 19, 2020.

Resolução Banco Central do Brasil Nº 4878, 2020.

REICHERT, N. S. Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritório de Contabilidade. 2015. p.06. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Regional Unijuí, 2015.

Resolução CFC nº 1.301, de 17 de setembro de 2010. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

SÁ, A. L. de. **Teoria da contabilidade**. 4. Ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SAITO, M. A. C.; ABEL, D. **A importância do profissional da área fiscal frente às novas tecnologias da escrituração fiscal digital**. Organizações e Sociedade. 2015.

VALENTI, G; FREGONI, S. **Lei contábil gera ajustes milionários**. Valor Econômico. São Paulo, 2008.

VEJA. **As profundas transformações no mundo do trabalho depois da pandemia**.